



## GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

### **A luta pela terra a partir de uma análise do Processo de Formação, Migração e Resistências das Comunidades Negras do Sertão Paraibano.**

**Autoria:** Vivianne de Sousa, Maria Luíza Pereira Leite Maria Eduarda Pereira Leite

A partir do contexto sertanejo de subjetividades e de relações de poder, buscamos entender o processo de formação e migração nas comunidades Contendas, São Pedro e Pau de Leite, sendo a primeira, situada no município de São Bento e as demais em Catolé do Rocha (PB). Considerando as dinâmicas culturais e emergências identitárias presentes nas referidas comunidades, ensejamos realizar análises sobre os referidos territórios quilombolas, por intermédio do estudo das trajetórias familiares e os processos migratórios geradores de novos espaços de disputa e de reprodução de laços familiares. Este artigo trata-se da pesquisa em andamento que trará elementos para a construção da tese de doutorado. Buscaremos por meio das memórias individuais, e por sua vez, coletivas, compreender o modo como essas dinâmicas retroalimentam o sentido de comunidade, razão da indissociabilidade de categorias como terra, work e família. Tais dinâmicas amalgamam os territórios em meio a contextos de subordinação e imposições reproduzidas historicamente por grandes proprietários de terras. Os quilombos formam atualmente um movimento de busca e luta pela terra, inclusive esta luta permanece dentro do próprio território reconstruído ou de resistência, sobretudo pelo precário acesso às políticas públicas e pelos conflitos de terras com os latifundiários. Através do modo de ser, sentir, pensar e agir estabelecem dinâmicas culturais e emergências identitárias, cuja produção de



subjetividades resulta de novas formas de sociabilidade. O reconhecimento desses grupos étnicos no sertão ocorre a partir de 2005, 17 anos depois do Direito garantido na Constituição Federal de 1988, sendo que os avanços e acesso às políticas ainda não é suficiente para essa população, destacamos que nenhuma dessas comunidades possui RTID e não se avançou no processo de titulação das terras. Buscamos, portanto, desconstruir o princípio de que só as regiões litorâneas receberam africanos escravizados conforme já apontado por Moura (1972) e Galiza (1979). Pensar regionalmente o sertão, conforme fizeram Moreira (1997), Targino (1997), Maia (2015), Cunha (2015) e Rodrigues (1994) nos leva a considerar um contexto circundado por relações de poder baseadas no coronelismo, mandonismo e clientelismo, disputas políticas, traduzindo em espaços de múltiplos significados e disputas. Por sua vez, são as atividades econômicas e a natureza que com suas diferenças constroem esse espaço que não é uniforme, portanto, diversificado. Entre visões romantizadas, caracterizações administrativas, significados do senso comum e teorias sobre esse território, o que queremos destacar é a presença do negro no Sertão, sobretudo seus modos de resistência e o contexto social, cultural, identitário e político que está inserido.

[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

